

Tema: C12 – Política Geral – Partidos, Parlamento, P.República				■	Âmbito: Nacional	Tiragem: 54326
Título: Cavaco não enviou lei da procriação assistida a tribunal					Temática: Generalista	GRP: 3.4
2006/07/05	DIARIO DE NOTICIAS – PRINCIPAL	Pág.1	Imagem: 1/2		Periodicidade: Diaria	Inv.: 4996.00

CONSTITUCIONALIDADE 4

# Cavaco não enviou lei da procriação assistida a tribunal

Tema: C12 – Política Geral – Partidos, Parlamento, P. República			Ámbito: Nacional	Tiragem: 54326
Título: Cavaco não enviou lei da procriação assistida a tribunal			Temática: Generalista	GRP: 3.4
2006/07/05	DIÁRIO DE NOTÍCIAS – PRINCIPAL	Pág. 5	Imagem: 2/2	Periodicidade: Diária Inv.: n.a.

NACIONAL

[ PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA

# Cavaco não quis fiscalizar a constitucionalidade

Terminou o prazo para o Presidente da República enviar o diploma sobre a procriação medicamente assistida para o Tribunal Constitucional. Até à próxima semana, Cavaco Silva tem que decidir se promulga a lei, como lhe pediu o PS, ou se a veta, como preferiam os defensores da realização do referendo

Ⓜ Ana Sá Lopes e Susete Francisco

O Presidente da República não enviou para o Tribunal Constitucional a Lei da Procriação Medicamente Assistida.

Ao rejeitar a fiscalização pelos juízes do Tribunal Constitucional, o Presidente da República deverá, até à próxima terça-feira, decidir se promulga ou veta a lei.

O prazo legal dá ao Chefe do Estado oito dias para enviar para o Tribunal Constitucional um diploma que receba. Para a Lei da Procriação Medicamente Assistida, que chegou a Belém a 22 de Junho, o prazo já expirou. Até terça-feira, Cavaco Silva terá de decidir se promulga o diploma, tal como lhe foi pedido pelo PS, ou se veta a regulamentação da procriação medicamente assistida – objectivo dos que se têm batido pela realização de um referendo.

O pedido de análise constitucional tinha sido feito pela Ilga, organização de defesa dos direitos dos homossexuais, que considera que a lei, ao aceitar apenas o recurso à procriação medicamente assistida por parte de casais heterossexuais, discrimina os homossexuais. Também o CDS considera que a lei está ferida de “inconstitucionalidade formal”, por o Parlamento não ter discutido a petição que pedia um referendo.

O líder do CDS/PP não chegou a fazer um apelo ao PR para o envio para o Tribunal Constitucional, mas reconheceu que essa análise “deveria ser feita”. O PS, pela voz de Maria de Belém, afirmou confiar na promulgação por parte do Presidente: “Confio que o Senhor Presidente da República saberá interpretar e avaliar com o seu juízo a defesa dos interesses dos portugueses que há 20 anos



**Decisão** | Cavaco tem até terça-feira para decidir se veta ou não veta a Lei da Procriação Medicamente Assistida

esperam por esta lei. Quando nada é proibido, tudo é permitido.”

## PS rejeita recurso

O PS rejeitou ontem um recurso apresentado pelo PCP à decisão do presidente da Assembleia (AR), Jaime Gama, de “convidar” os autores da petição que pede um referendo à PMA a juntarem um projecto de lei à iniciativa. Uma decisão contestada pelos comunistas, que defendem que o pedido de referendo não pode ser admitido a discussão, dado que a lei não permite uma iniciativa deste género, quando esteja concluído o processo legislativo sobre a matéria a que se reporta o pedido de consulta popular.

Numa reunião que se prolongou por duas horas, foi evidente a preocupação do PS em defender que a decisão de Jaime Gama não tem um carácter definitivo – “O Presidente da AR está a procurar reunir os elementos necessários para formar

**O PS rejeitou um recurso do PCP à decisão de Gama, de “convidar” os autores da petição a juntarem um projecto de lei**

uma decisão”, defendeu o socialista Vitalino Canas. De tal forma a maioria insistiu na ideia que acabou por impor a sua inclusão nas conclusões do relatório final, uma alínea que contou com o voto contra de toda a oposição. Já com as alterações introduzidas pelos socialistas, o parecer que defendia a rejeição do recurso foi então aprovado, com os votos do PS, PSD e CDS. Foi o término de um verdadeiro imbróglio formal em torno da decisão de Gama, durante o qual o PS deixou também antever que, caso os petionários venham a apresentar um projecto de lei, os socialistas não aceitarão que a iniciativa repita as 76 mil assinaturas já recolhidas. |

## P&R

### O que é a PMA (procriação medicamente assistida)?

A procriação medicamente assistida consiste numa série de técnicas das quais a mais conhecida é a fecundação *in vitro*, ou seja, a criação de um embrião fora do organismo humano, embrião esse que é depois implantado no útero.

### Para que serve a procriação medicamente assistida?

É sobretudo utilizada para responder a problemas de infertilidade e para prevenir a transmissão de doenças genéticas ou infecciosas. Há no entanto vários países, entre os quais a Espanha, onde é disponibilizada a mulheres férteis que queiram engravidar sem recurso a relações sexuais. A questão de quem pode ter acesso à procriação medicamente assistida é precisamente uma das mais polémicas.

### Quais as questões relacionadas com a procriação medicamente assistida que suscitam mais discussão?

A existência de embriões excedentários (os que “sobram” depois de se produzir uma gravidez) e o que fazer com eles (há quem defenda que podem ser sujeito de investigação e há quem conteste essa possibilidade); a admissibilidade de doadores de espermatozoides e de óvulos – denominada como “fecundação heteróloga” – e a possibilidade de alguém fruto dessa fecundação ter acesso à identidade do dador; o diagnóstico pré-implantatório.

José Carlos Gonçalves

# PS condena petição para referendo sobre RMA

**Socialistas não vão permitir que passe a solução proposta por Jaime Gama**

NUNO SÁ LOURENÇO

O PS aceita agora para rejeitar mais tarde. A Assembleia rejeitou ontem, com os votos do PS, PSD e CDS um recurso do PCP para impedir o convite de Jaime Gama aos signatários da petição para um referendo sobre reprodução medicamente assistida (RMA) para a junção de um projecto de lei.

Com a rejeição, os responsáveis pela petição ganham a possibilidade de reapresentar a proposta. No entanto, durante a reunião da comissão, os deputados socialistas presentes fizeram saber que não aceitam que as cerca de 80 mil assinaturas da petição para o referendo se transfiram para iniciativa que venha a incluir o projecto de lei. “Os 25 signatários não têm mandato para apresentar um projecto de lei”, frisou Ricardo Rodrigues.

O PS alinhava assim com as posições já assumidas pelo BE e PCP, que haviam levantado dúvidas sobre as assinaturas. Momentos antes, o socialista já havia dado sinais dessa concertação. “Os peticionários têm de pensar se podem aproveitar as



Jaime Gama

assinaturas para fazer algo de diferente. O projecto de lei não foi visto e não foi explicado a quem assinou a petição”, lembrou, ao frisar que as pessoas tinham assinado apenas para três perguntas de referendo.

Sobre o recurso, a divisão foi tal que nem entre os partidos que o rejeitaram houve acordo sobre os motivos por que este devia ser recusado. Paulo Rangel, deputado do PSD responsável pela redacção do relatório propôs chumbar a proposta do PCP por entender que a decisão tinha cabimento por não existir já nenhum “acto pendente” além de Gama ter tido em conta “a defesa da participação dos cidadãos e da protecção de

confiança dos cidadãos”.

O PS, afirmou que Rangel tinha ido além do que era necessário. “Nesta fase, este recurso não pode ser aceite por razões de ordem formal. Esta é uma decisão meramente interlocutória. O senhor presidente da AR ainda não decidiu nada”, afirmou Vitalino Canas. Mota Soares, do CDS, optou por defender a iniciativa de Gama, apresentando-a como “uma tentativa de corrigir a trapalhada da maioria socialista”.

António Filipe, do PCP, contestou a argumentação do relatório lembrando que se não existia acto pendente era porque já existia uma proposta aprovada na AR. “Havendo acto aprovado, não pode haver referendo”, rematou. O BE votou ao lado do PCP com o argumento de que Gama não podia propor o aperfeiçoamento de algo que não existia. “É uma foram muito imaginativa de pedir um projecto de lei”, afirmou Ana Drago.

A votação do relatório resultou num momento confuso, depois do PS ter feito saber que tencionava votar contra algumas das conclusões de Paulo Rangel e apresentar outras em alternativa. O PSD fez saber que iria votar contra e apresentar em declaração de voto as conclusões chumbadas pelo PS. ■